

mar/abr'19

01

APEⁿP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
de **EDUCAÇÃO** nas **PRISÕES**

APEⁿP

Programa e Órgãos Sociais

Message from the Chair of the EPEA

Sessão de Informação

Escola Secundária Gonçalves Zarco | Matosinhos

'Radicalização em Contexto Prisional Português'

**'Educação Não Formal e Voluntariado no Sistema de
Justiça Criminal'**

Infomail



Publicação on-line

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

mar/abr'19

01

ÓRGÃOS SOCIAIS (2018 – 2022)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Artur Fernando Arede Correia Cristóvão (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Vice-presidente: José António Marques Moreira (Universidade Aberta)
Secretário: Esmeralda Romano dos Santos Pinto Barbosa (ES João Gonçalves Zarco – EP do Porto)
Suplente: Fernando Rogério Preto Pires (AE Abade de Baçal – EP de Izeda)

DIREÇÃO

Presidente: José Alberto Pereira Pinto (AE Dr. Júlio Martins – EP de Chaves)
Tesoureiro: Luís Manuel Ferreira Martins (AE Abade de Baçal)
Secretário: Isilda Maria da Conceição Magalhães Lourenço Afonso (AE Latino Coelho)
Representante Regional do Norte: Armando Ribeiro Félix (AE Diogo Cão – EP de Vila Real)
Representante Regional do Centro: Orquídea Maria de Carvalho Sucena Martins (AE Aveiro – EP de Aveiro)
Representante Regional da Grande Lisboa e Ilhas: Cristina Lúcia da Conceição Guerreiro (AE Montijo – EP do Montijo)
Representante Regional do Sul: Paula Cristina Monteiro Lança (AE n.º 2 de Beja – EP de Beja)
1.º Vogal: Armando Paulo Ferreira Loureiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
2.º Vogal: Glória Svetlana Jólluskin García (Universidade Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Alberto Moreira Baptista (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Vice-presidente: Nuno Manuel Oliveira Ribeiro (AE Latino Coelho – EP de Lamego)
Secretário: Maria Adélia Fernandes Correia (AE Abade de Baçal – EP de Izeda)
Suplente: Carlos Alberto Xavier da Silva (AE Abade de Baçal – EP de Bragança)



Newsletter

Edição APE^{EP}

Publicação periódica bimestral - 01 . 2019 (março/abril)
Coordenação Editorial: José Alberto Pereira Pinto
geral@apenp.pt

Editorial

Car@s entusiastas e interessad@s na Educação nas Prisões,

Permitam que me vos dirija nestes termos, pois nem todos serão docentes/formadores em contexto prisional.

Há praticamente quatro décadas que assistimos à efetivação de programas de Educação nas Prisões (EnP) em Portugal, sob responsabilidade do Ministério da Educação. Até então entregue a funcionários do Ministério da Justiça, os quais, entre as suas funções, tinham também a seu cargo a área da formação nas nossas prisões, em 1979/80, por via da promulgação de legislação conjunta com o Ministério da Justiça, a instrução de reclusos passaria para alçada do Ministério da Educação.

Paulatinamente incluindo os vários ciclos de ensino em Portugal, nomeadamente o Ensino Básico, com que se iniciou o seu percurso (Despacho Conjunto n.º 211/MJ/ME/79, de 1 de agosto), alargando-se, de seguida, ao Ensino Secundário (Despacho Conjunto n.º 112/MJ/ME/83, de 2 de novembro), até abranger o Ensino Superior (ex. protocolo celebrado em 25.05.1998, entre a, então, DGSP e a Universidade Aberta), a oferta educativa nos estabelecimentos prisionais nacionais mais do que uma realidade, encontra-se hoje amplamente diversificada, compreendendo no seu bojo a educação/formação escolar e profissional com os cursos de Educação e Formação de Adultos a reclamarem a sua primazia.

Todavia, não será este texto introdutório à criação da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEⁿP) que fará jus a uma narrativa espaço-temporal do percurso da EnP no nosso país ao longo destes quarenta anos de concretização. A seu tempo ser-lhe-á dedicada a devida (e merecida) atenção. Cumpre, aqui antes, uma apresentação da nossa Associação, nomeadamente dos motivos que conduziram à sua criação, dos seus propósitos, da sua estrutura organizativa, bem como do seu programa/plano de ação.



José Alberto Pereira Pinto
Presidente da APEⁿP

Percurso percorrido

Quando em julho de 2017 seis docentes, de diversos ciclos de ensino, realizaram uma primeira reunião na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) com o intuito de discutirem a temática da educação/formação em contexto prisional, nomeadamente da sua conjuntura presente e desafios futuros, e da necessidade de contribuir para o aumento das competências escolares/profissionais de uma população-alvo destes carenciada, sem descurar, obviamente, o (importante) papel do professor/formador em todo o processo, estava-se longe de imaginar que o produto final resultaria na criação de uma organização desta natureza.

De âmbito nacional, ponto assente desde o início, a experiência de alguns dos seus elementos na organização de Encontros Nacionais de Professores em Estabelecimentos Prisionais, em muito contribuiu para uma visão consolidada de que, independentemente do fator geográfico, a realidade do ensino nos EPs convocava a uma participação nacional, o que motivou à inclusão de representantes regionais na sua estrutura diretiva.

Várias reuniões se realizaram entretanto. Das matérias analisadas, seria definido o local-sede da futura Associação. Com a mesma a situar-se na UTAD, seguir-se-ia o convite a diversas individualidades e instituições (in)diretamente envolvidas no campo da EnP a connosco integrarem este projeto. Repto aceite, o trabalho prosseguiria com a elaboração de lista candidata aos órgãos sociais, do programa/plano de ação e proposta de Estatutos.

Constituição aprovada e eleições efetuadas, a tomada de posse dos seus elementos culminaria um percurso iniciado ano e meio antes. Em finais de 2018, a Associação Portuguesa de Educação nas Prisões veria, finalmente, a luz do dia.

Percurso a percorrer

Cumprindo a vontade dos seus membros, e tal como constante nos Estatutos, a APEⁿP iniciou há algum tempo o processo de afiliação na *European Prison Education Association* (EPEA), (membro do Conselho da Europa), tendo reunido já a aprovação da sua comissão executiva. Esta etapa será oficialmente concluída no próximo Conselho Geral da EPEA, que decorrerá durante a 17th EPEA *International Conference*, em Dublin (12-16 de junho, 2019).

No seguimento das Recomendações do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos seus Estados Membros em matéria de Educação nas Prisões [Recomendações n.º R (89) 12], e objetivando a cooperação de entidades nacionais com responsabilidade neste campo, é propósito da APEⁿP colaborar com os mais diversos atores envolvidos no campo da Educação nas Prisões (docentes, formadores, coordenadores pedagógicos, diretores de Estabelecimentos Prisionais, diretores de Escolas Associadas, técnicos de reeducação, técnicos de reinserção social, guardas prisionais, psicólogos, juristas, estudantes,...), de modo a, em conjunto, melhor poder enfrentar o flagelo das baixas qualificações da população reclusa, reforçando o incentivo à frequência de programas de educação/formação que conduzam, designadamente, à conclusão da escolaridade obrigatória, bem como à frequência do Ensino Superior, sobretudo, a melhor capacitar este público para os desafios concernentes à reinserção na sociedade e mercado de trabalho, prevenindo a sua recidiva.

Destarte, e tendo por base os mais recentes dados, divulgados pela Direção-Geral da Política de Justiça, segundo os quais se continua a denotar que um elevado número de reclusos apresenta um grau de instrução circunscrito aos diversos ciclos do Ensino Básico (77%), que cerca de 7% se situa abaixo deste nível, restando o Ensino Secundário, com números inferiores a 12%, e Ensino Superior com, pouco mais que, 2% (ver *Destaque Estatístico*, 58, maio de 2018),

facilmente se constata que, em matéria de Educação e Formação em contexto prisional, se encontra, ainda, um longo caminho a percorrer. Neste sentido, julgamos, pois, vir esta Associação preencher uma lacuna no panorama nacional, convocando-nos a uma participação ativa no desenho e implementação de programas de instrução dirigidos a esta população e, sobretudo, motivando a uma, cada vez maior, frequência e conclusão dos mesmos.

A questão da formação dos profissionais de EnP não será por esta Associação igualmente descurada. De acordo com a especificidade do público-alvo e contexto em que desenvolvem a sua atividade (exigindo-lhes enorme capacidade de adaptação e resiliência, face a situações de alguma complexidade, em muitos casos, com um grau de dificuldade bastante elevado, para as quais é necessário uma atualização específica adequada e constante) convida-nos a todos a reconhecer o seu papel como agentes educativos neste importante desígnio (atrevero-nos) nacional, claramente legitimador de programas de (form)ação capazes de dar resposta a um desiderato de desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional compatível com o objetivo primacial da EnP – contribuir para o sucesso de reinserção da população reclusa.

Termino, por fim, informando que a Newsletter da APEⁿP terá um carácter bimestral e contará com conteúdos de associados, colaboradores e, também, de (ex)reclusos, podendo assumir modalidades diversas (ex. artigos; entrevistas; textos literários; exposições; reportagens sobre eventos; notícias; artigos científicos na área da EnP; informação sobre projetos em curso; pedidos de divulgação de atividades a realizar; etc.) convidando todos entusiastas e interessad@s na Educação nas Prisões a participar, enviando-nos os vossos trabalhos para publicação para o e-mail <geral@apenp.pt>, nesta que será a nossa/vossa Associação.

Para mais informações, queiram consultar a nossa página eletrónica em <www.apenp.pt>.

Bem hajam todos!



Annet Bakker
Chair EPEA

Message from the Chair of the EPEA

Dear colleagues,

Dear fellow members of EPEA,

Welcome!

The EPEA Steering Committee is very pleased to welcome you in our midst.

The formation of a branch is often not a simple matter.

It helps if Prison Education is already nationally organised – in some countries education in prisons is only done by local charities or NGOs. But then you still need to find the professionals that are passionate enough to spend even more time on their work than they already do. You need to set up an organisation in line with national regulations. You need to find people skilled for all board functionalities. And, finally, you have to meet EPEA requirements.

This last obstacle is never a problem, since the national branch should aim for the same objectives as the mother organisation. And as you know, we aim to improve Prison Education according to the Recommendations of the Council of Europe <<http://www.epea.org/portfolio/council-of-europe-17-recommendations/>>.

We would like to congratulate the President of the General Assembly Board, Mr Artur Cristóvão, the President of the Executive Board, Mr José Pinto, the President of the Fiscal Board, Mr Alberto Baptista, and, of course, the entire team for establishing the Portuguese branch.

We were especially impressed by the thoroughness of the way it is set up and also by its Constitution.



12th -16th June 2019
TU Dublin City Campus, Aungier Street

Past, Present & Future Of Education In Prison



EPEA is grateful for the formation of new branches for two reasons:

The most important reason is that, on a national level, professionals on many different areas of expertise (be it teachers, governors, researchers or associated services) will have a national platform to exchange knowledge, practices and stimulate growth and quality of Prison Education into the right direction.

Another important reason is that, with a national branch, the EPEA Steering Committee, and therefore all members, will now have a broadly oriented expert contact in Portugal to ask for advice, input and share, for example, project partner search requests.

We are looking forward to a productive, but also friendly collaboration with the new branch and of course with our individual members. For as you may know, EPEA is very much about personal contacts.

We wish all board members good luck with their work in the future and invite them to contact us for any queries they may have.

Thank you for joining us!

Annet Bakker

Chair EPEA
www.epea.org



Tomada de posse dos membros da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões
(17.11.2018)

Programa

|2018-2022|

Fundamentos

A Educação nas Prisões (EnP) consiste numa modalidade da Educação e Formação de Adultos caracterizada pela especificidade do contexto e público-alvo, realizada sob condições indeterminadas da prática e de alguma complexidade, por professores/formadores, que, não raramente, se confrontam com inerentes imperativos de segurança, escassez de recursos e de saberes adequados ao exercício da sua atividade.

Estes profissionais carecem não só de (in)formação contínua como aprofundada, sendo fundamental fomentar a discussão de práticas, de momentos de partilha e de discussão sobre toda uma multiplicidade de matérias que confluem ao espaço

prisional, promovendo respostas seguras e eficazes com vista a uma melhor preparação de reclusos-formandos a uma mais profícua reinclusão no seio familiar, na sociedade e no mercado de trabalho – objetivo primacial da EnP.

Com base em tais pressupostos, e partindo de um reconhecimento alargado de que o sucesso em termos de reinserção estará intimamente relacionado com o passado pessoal e profissional, bem como de políticas de acompanhamento pós-libertação – destacando-se no percurso a formação escolar/profissional que o recluso-formando realiza durante a sua estadia na prisão –, é de toda a justiça realçar o contributo de professores e formadores na consecução de um tal desiderato.

Objetivos/Plano de ação

A criação de uma Associação que responda a estes anseios, aspirações e necessidades de formação, que potencie o exercício da atividade docente dirigida a uma população e a um contexto único, tal como o prisional, no quadro de um desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional equilibrados, e que simultaneamente assuma um papel de referência no campo da educação e formação no espaço nacional – com particular relevo para as Recomendações do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos seus Estados Membros, Recomendações n.º R (89) 12 –, mobilizam os seus promotores em torno de um conjunto de finalidades a alcançar:

- Como Associação afiliada da *European Prison Education Association* e no seguimento das Recomendações do Conselho da Europa, pugnar pela defesa, promoção e desenvolvimento da Educação nas Prisões no território nacional.
- Proceder a uma avaliação/monitorização das condições facultadas ao processo de educação e formação do recluso.
- Estabelecer protocolos ou convénios com entidades públicas e privadas direta ou indiretamente relacionadas com a temática da educação no âmbito prisional, objetivando potenciar o desenvolvimento psicossocial do indivíduo recluso.
- Tendo por base o cumprimento do objetivo primordial da EnP e dada a sua imprescindibilidade no tempo atual, promover o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em contexto de formação, com salvaguarda para regras e normas de segurança nos EPs.
- Incentivar a população reclusa à frequência de atividades de formação que conduzam, designadamente, à conclusão da escolaridade obrigatória, bem como à frequência do Ensino Superior.
- Celebrar acordos com municípios e/ou estabelecimentos de ensino, que desenvolvam programas de formação nas prisões, com vista a que, sempre que possível, possam ser disponibilizados recursos que satisfaçam algumas necessidades das escolas dos EPs.
- No espírito de uma comunidade de prática, assumir a APEⁿP como promotora de espaços de discussão, de intercâmbio de ideias, de experiências e de saberes entre profissionais de

EnP, com vista à criação de momentos de aprendizagem, de reflexão e de conhecimento, nomeadamente através da sua página web, Newsletter, redes sociais, entre outros meios à sua disposição.

- Agregar em torno da Associação entidades promotoras ao seu desenvolvimento, procedendo, para o efeito, à formalização de uma parceria estratégica com a UTAD, assumindo, o Departamento de Educação e Psicologia (local sede da APEⁿP), na área da EnP, papel de entidade coordenadora de programas de investigação e formação (contínua e especializada) destinada a professores/formadores e demais atores do universo prisional.
- Fomentar a divulgação de atividades, de boas práticas, de participação em projetos, bem como a produção de trabalhos/artigos no campo da EnP sob responsabilidade científica de um dos membros fundadores da APEⁿP - Prof. Doutor Armando Loureiro (Departamento de Educação e Psicologia – UTAD).
- Proceder à elaboração de um estudo a nível nacional, visando melhor conhecer o profissional de EnP (experiência em contexto prisional; conceções do professor sobre a Educação nas Prisões; perfil de competências; necessidades de formação;...).
- Posicionar a APEⁿP como interlocutor privilegiado dos profissionais que exercem a sua atividade em contexto prisional, em reuniões/encontros/debates com decisores políticos responsáveis pelo desenho e efetivação de políticas na área da Educação nas Prisões.
- Face a um notório desajustamento, à realidade atual, de algumas das matérias constantes do Despacho Conjunto n.º 451/99, de 1 de junho, promover a apresentação de um novo diploma.
- Contribuir para o reconhecimento do dia 13 de outubro como Dia Internacional da Educação nas Prisões.
- Promover a organização de conferências, congressos, debates temáticos e demais atividades relacionadas com a EnP, nomeadamente:
 - Organização do Congresso bienal da APEⁿP, objetivando para o mandato 2018-2022 a realização de dois eventos: 2020 e 2022 respetivamente.
- Produzir uma Newsletter, de caráter bimestral, com conteúdos de associados, colaboradores e, também, de (ex)reclusos-formandos, os quais poderão assumir modalidades diversas (ex. artigos; entrevistas; textos literários; exposições; reportagens sobre eventos; notícias;...).
- Apoiar e divulgar a realização de atividades com a população reclusa nas áreas da Música, Dança, Artes Cénicas, Artes Plásticas (desenho, pintura, gravura, escultura, artesanato), Fotografia, Literatura, Desporto, entre outras.

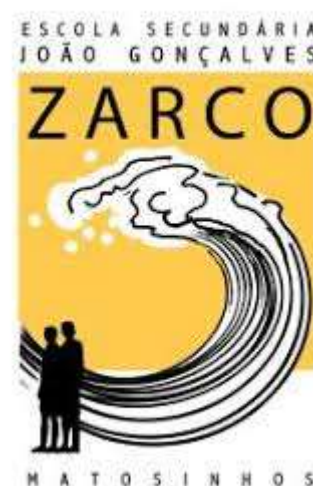


SESSÃO DE INFORMAÇÃO ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO

Realizou-se no dia 4 de dezembro (2018), na Escola Secundária João Gonçalves Zarco (Matosinhos), uma sessão de (in)formação sobre a *European Prison Education Association* (EPEA) e Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEⁿP), sobre a temática da Educação nas Prisões (EnP).

A necessidade de levar a cabo um trabalho rigoroso em estreita colaboração com os profissionais no terreno, quer sejam educadores, administrações penitenciárias e restante staff, investigadores, etc., sem descurar as entidades oficiais e demais instituições privadas, foram a pedra de toque de uma sessão cujo foco se centrou em princípios basilares como a defesa, promoção e desenvolvimento de programas de educação e formação dirigidos à população reclusa visando o aumento das suas qualificações escolares/profissionais, de modo a facilitar a sua reinserção na sociedade e mercado de trabalho, e simultaneamente a prevenir a sua reincidência no crime.

Esta sessão dividiu-se em duas partes, sendo a primeira relativa à apresentação da EPEA (www.epea.org), nomeadamente história, propósitos, objetivos, características, estrutura organizativa, posicionamento institucional, e a segunda, com base nos mesmos itens, sobre a APEⁿP (www.apenp.pt).





EUROPEAN PRISON EDUCATION ASSOCIATION



No decurso da 1.^a Parte e relativamente aos assuntos, que se apresentam de seguida, a audiência foi elucidada sobre:

As Recomendações do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos seus Estados Membros em matéria de Educação nas Prisões [Recomendações n.º R (89) 12] e da necessidade da sua revisão, no que tange a adaptação aos novos desafios educativos do séc. XXI, nomeadamente ao uso das TIC como recurso didático (indispensável) em programas de educação/formação, também em contexto prisional.

Mais foi referido ser a EPEA uma ONG com assento no Conselho da Europa, contando, atualmente, com mais de 600 membros por todo o continente europeu (profissionais de EnP, administrações e staff prisional, organizações relacionadas com a temática prisional, académicos, etc.), sendo seus principais objetivos zelar pelo cumprimento das Recomendações n.º R (89) 12; contribuir para o desenvolvimento profissional dos agentes de EnP; fomentar o trabalho e a cooperação entre instituições europeias, bem como com organizações

nesta área relacionadas; apoiar a pesquisa e produção científicas; divulgar/promover atividades, eventos, boas práticas, por entre os seus associados; colocar a EnP na agenda de políticas europeias destinadas ao setor da Educação.

No mesmo sentido, salientaram-se os benefícios de pertencer a uma organização internacional e do seu peso institucional, consolidado ao longo de 25 anos de existência, em diversos organismos europeus (ex. Conselho da Europa, Comissão Europeia, *EuroPris*, EAEA, EPALE, Agências Nacionais ERASMUS+,...), levando em linha de conta que, a exemplo deste último (ERASMUS+), o prestígio internacional da EPEA contribui, entre outros, para uma maior facilidade em termos de organização e/ou participação em programas de mobilidade.

Destarte, a possibilidade de acesso a um número considerável de projetos, eventos, atividades, práticas inovadoras, bem como a todo um conjunto de atores/instituições neste campo envolvidos é exemplo, bem elucidativo, das vantagens de se fazer parte desta organização.

De seguida, e após uma introdução inicial sobre a EPEA que serviu um propósito de elucidar a plateia relativamente ao seu historial, propósitos, objetivos e principais características, procedeu-se a uma breve apresentação da sua composição interna (Comissão Executiva e Conselho Geral):

. Comissão Executiva

Presidente

Annet Bakker (Holanda)

Tesoureiro

Nyggi Aggernæs (Dinamarca)

Secretário

José Pinto (Portugal)

Representante Regional do Norte da Europa

Per Thrane (Dinamarca)

Representante Regional da Europa Central

Hubert Skrzynski (Polónia)

Representante Regional da Europa Ocidental

Ruth McFarlane (Inglaterra)

Representante Regional da Europa de Leste

Ioana Morar (Roménia)

Representante Regional do Sul da Europa

Patrizia Corasaniti (Itália)

E, ainda, três membros cooptados (sem direito a voto)

Webmaster

Deirdre Brennan (Irlanda)

Web editor

Pris Tatipikalawan (Holanda)

Project Officer

Daiana Huber (Roménia)

. Conselho Geral

Composto pela Comissão Executiva da EPEA e por 2 representantes (Liaison Persons) de cada país afiliado (Dinamarca, Noruega, Irlanda, Holanda, Malta, Grécia, Bélgica, França). Próximos países a integrar a EPEA: Portugal e Suíça.

Terminou a primeira parte desta sessão com um desafio lançado à audiência para que, no âmbito da 17th EPEA *International Training Conference* (2019), que terá lugar em Dublin (junho 12-16), sejam apresentadas candidaturas sobre projetos desenvolvidos ou a desenvolver nos EPs nacionais, tendo em conta que tais iniciativas mais que justificam um (re)conhecimento além-fronteiras da qualidade do trabalho, também, realizado em Portugal.

No caso da sua impossibilidade, os presentes foram, mesmo assim, convidados a participar neste evento internacional de caráter bienal, tendo em conta que no mesmo marcarão presença vários especialistas de renome na área da Educação nas Prisões, com os quais será possível recolher ensinamentos válidos, para além do contacto e partilha com demais participantes permitir todo um enriquecimento de práticas, experiências e de saberes (de inquestionável valor) para o exercício da sua atividade profissional. Para mais informações sobre o evento, consultar: <<https://happening.eventsair.com/epea2019>>.





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
de EDUCAÇÃO nas PRISÕES

Dos aspetos mais interessantes a ressaltar desta 2ª Parte enumeram-se o percurso de criação da APEⁿP, nomeadamente da sua etapa inicial, com relevo para as primeiras reuniões realizadas entre os seus elementos fundadores, no decurso das quais foram traçadas as principais linhas de orientação até à sua constituição oficial.

Na sequência da sua apresentação, foi referida a possibilidade de esta se assumir como membro afiliado da EPEA, sendo destacadas as vantagens de pertença a uma organização com créditos firmados no plano internacional (assunto a que nos referimos na primeira parte desta sessão).

De seguida, foram apresentados os elementos que compõem a estrutura organizativa da APEⁿP, os quais se encontram distribuídos pelos vários ciclos de ensino e zonas geográficas do país (sobre os órgãos sociais da APEⁿP, ver referência pormenorizada, em outro artigo constante desta Newsletter), um desígnio assumido desde o início e de acordo com o modelo organizativo da EPEA, sendo, para o efeito, acomodada a sua Constituição com o Código Civil Português, no âmbito da elaboração dos Estatutos da APEⁿP.

Do programa / plano de ação da APEⁿP procedeu-se, igualmente, a aturada explanação sobre os seus aspetos programáticos e principais linhas de atuação, tendo sido destacadas as funções a desempenhar pelos dirigentes, nas quais, entre outros, foi referido o papel dos Representantes Regionais nas respetivas zonas de intervenção e da sua importância em termos de um contacto de proximidade com os docentes, EPs, Escolas Associadas, etc. no que em matéria de EnP solicita uma tal resposta (sobre programa / plano de ação da APEⁿP, ver referência pormenorizada, em outro artigo constante desta Newsletter).

Por fim, e no que poderia ser considerado uma terceira parte desta sessão, foi aberto um período de debate, durante o qual foram colocadas várias questões, das quais se destacam:

- A problemática do uso das TIC em contexto de formação.

De que serve afinal a EnP (e o trabalho dos seus profissionais) senão contribuir eficazmente para a reinserção na sociedade e mercado de trabalho da população reclusa?

Relativamente a esta questão, foi referido o facto de, presentemente, se encontrar em discussão, por entre vários organismos e Estados europeus, alterações a introduzir às Recomendações n.º R (89) 12 no âmbito das TIC, nomeadamente, e por motivos de segurança, aos obstáculos colocados ao seu uso em contexto de formação (quando não mesmo a sua proibição, em alguns países).

Da necessidade urgente da sua utilização (manifestada por estes docentes), salientou-se a (dupla) penalização de que são alvo os formandos em meio prisional, quando comparados com demais (formandos) no exterior, sendo que, para além de uma situação de privação da liberdade, se encontram igualmente desprovidos de um recurso fundamental à sua aprendizagem/formação – realidade que se assume como contraproducente a todo um processo que se deseja de sucesso, em termos de reinserção na sociedade e mercado de trabalho.

- Motivos para afiliação da APEⁿP na EPEA.



Por que não caminhar sozinho?

No tocante a esta questão, a resposta seria dividida em duas partes. A primeira prende-se com o facto de que a afiliação na EPEA permitirá um maior peso institucional na assunção da APEⁿP junto de vários organismos nacionais, com os quais, obviamente, se relacionará. Com base neste pressuposto, o reconhecimento internacional que permite à EPEA posicionar-se como organização privilegiada no campo da EnP e o respaldo que desta resulta, fará com que 'juntos sejamos mais fortes' na abordagem a situações várias no campo da Educação nas Prisões, também em Portugal.

Com efeito, o conhecimento detido nesta área e a experiência de funcionamento da EPEA poderão servir como modelo ao desenvolvimento de uma organização, cujos profissionais assumem o desempenho da sua atividade profissional imbuídos de um espírito de missão, tendo em conta a especificidade do contexto e público-alvo a que se dirigem. Claramente, e por motivos óbvios, não deixará a APEⁿP de atuar em estreita colaboração com as entidades devidas no nosso país, mormente os setores da Justiça e Educação, tendo em conta o cumprimento do seu programa e plano de ação.

A segunda parte desta questão, que aqui se destaca mais pormenorizadamente, prende-se com as vantagens da afiliação, bem como da condição de membro associado de ambas organizações (EPEA e APEⁿP). Na verdade, um tal requisito permite, entre outras vantagens:

- . A disponibilização de um espaço onde poderão

ser apresentadas ideias, sugestões, problemas, por um lado, e de ver defendidos os interesses da EnP e dos seus profissionais, por outro;

- . Informação privilegiada sobre o que, em torno da EnP, a nível (inter)nacional vai sucedendo, nomeadamente Newsletters (mensal da EPEA e bimestral da APEⁿP), contendo artigos/textos (literários, científicos, académicos, informativos, jornalísticos,...), notícias sobre atividades (realizadas ou a realizar), eventos (conferências, palestras, seminários, colóquios),...;

- . Facilidade de acesso a uma rede alargada de instituições/atores (organizações (in)diretamente relacionadas com a EnP, docentes, investigadores, administrações, staff prisional,...);

- . Desconto nos congressos bienais, a organizar tanto pela EPEA (próximo congresso, Dublin – junho 2019), como pela APEⁿP (I congresso em 2020 – formação creditada);

- . Participação em projetos, atividades, eventos no espaço nacional e europeu que permitam momentos de aprendizagem, de reflexão, discussão e partilha, potenciadores de um desenvolvimento pessoal/profissional/organizacional mais equilibrado.

- . Contribuir para o reconhecimento do dia 13 de outubro como Dia Internacional da Educação nas Prisões.

Associação Portuguesa de Educação nas Prisões

'Radicalização em Contexto Prisional Português - Estratégias de Prevenção, Avaliação e Intervenção'



Decorreu no dia 22 de janeiro de 2019, entre as 09h30 e as 18h00, no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, a Conferência: Radicalização em Contexto Prisional Português – Estratégias de Prevenção, Avaliação e Intervenção.

Esta conferência foi promovida pelo Observatório Europeu das Prisões e pelo CIES/IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, em parceria com os projetos: FAIR (*Fighting Against Inmates Radicalisation*)¹ e R2PRIS (*Radicalisation Prevention in Prisons*)².

Nos dois primeiros painéis intervieram os representantes da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, da Inspeção Geral dos Serviços de Justiça, da Provedoria de Justiça e da Ordem dos Advogados, tendo sido apresentadas as posições destas entidades relativamente ao tema da conferência.

No terceiro e último painel foram apresentados e discutidos os projetos, acima referidos (FAIR e R2PRIS).

Neste, esclareceu-se o que é o Radicalismo (contextualizando as realidades de cada país), quais as alterações de comportamento, que devem ser tidas em conta, e apresentadas algumas ferramentas para identificação de casos. Igualmente foi abordada a importância da prevenção e reintegração social, assim como a temática da formação dirigida aos profissionais em contacto com os reclusos.

Por fim, foi aberto um período de debate, durante o qual foram colocadas várias questões e discutidas situações concretas do meio prisional.

A Representante Regional da Grande Lisboa e Ilhas, da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEⁿP), questionou o painel sobre o papel dos professores na identificação de processos de radicalização, o qual foi reconhecido como de enorme significado pelos diversos intervenientes, que demonstraram, ainda, o seu interesse numa colaboração futura com a APEⁿP.

¹ .Projeto promovido pela Associação Portuguesa Conversas de Psicologia.

² .Projeto promovido pelo BSAFE LAB *Law Enforcement, Justice and Public Safety Lab*, da Universidade da Beira Interior em parceria com a *IPS_Innovative Prison System*.



'Educação Não-Formal e Voluntariado no Sistema de Justiça Criminal'

Decorreu no passado dia 8 de fevereiro de 2019, entre as 09h00 e as 17h00, no CPJ (Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça) – Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA), no âmbito do projeto Entre Sistemas.EU (projeto financiado pelo programa Erasmus+, focado na capacitação do Sistema de Justiça Prisional Português), um workshop subordinado ao tema: "Boas Práticas em Educação Não-Formal e Voluntariado no Sistema de Justiça Criminal".

Esta iniciativa teve como principal objetivo dar a conhecer conhecimentos e experiências nesta área de intervenção, bem como aprender a implementar novas metodologias, técnicas e recursos de educação não formal, nomeadamente abordagens complementares ao processo de tratamento prisional e de reinserção social.

O workshop decorreu de forma muito dinâmica e participativa, com a divisão dos participantes em grupos de trabalho (ver foto), de modo a potenciar momentos de reflexão, de debate de ideias, de partilha de práticas e de saberes, tendo finalizado com a apresentação dos seus resultados.

Cristina Guerreiro

Representante Regional da Grande Lisboa e Ilhas (APEⁿP)

rep.reg.gli@apenp.pt



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
de EDUCAÇÃO nas PRISÕES

Departamento de Educação e Psicologia
Edifício do Pólo I da Escola de Ciências Humanas e Sociais
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Quinta de Prados - 5001-801 VILA REAL
url: www.apenp.pt email: geral@apenp.pt